

CRUZEIROS DE LOUSADA

Memória sobre a construção de um cruzeiro paroquial em Alvarenga no século XVI.

Estão os cruzeiros entre os elementos mais vulgares do património cultural material do nosso país. Erguidos mediante a determinação das autoridades eclesiásticas ou por iniciativa de comunidades, associações de fiéis ou particulares, os cruzeiros povoam as paróquias portuguesas, afirmando a identidade e a vitalidade religiosa da população, assim como a sua predominante espiritualidade de base cristã. Neste texto procura-se sistematizar algumas considerações que contribuam para um delineamento de inventário e que se constituam como subsídio para uma proposta de síntese temática. A adição de uma memória quinhentista sobre a construção de um cruzeiro em Alvarenga é apenas uma breve expressão daquilo que poderia constanciar uma interessante monografia.



1. Plano para uma sistematização¹

Não existe um inventário global e exaustivo destes elementos patrimoniais para o nosso país, pelo que se torna difícil e especulativo avançar com uma estimativa que estimule conclusões. Para colmatar esta carência teríamos de escrutinar, até pelas diversas realidades geográficas que se contrapõem, reflexões mais densas e específicas cuja operacionalidade se veria comprometida, logo à partida, pela falta de sistematização dos dados.

No que diz respeito a Lousada existe já um exercício de levantamento global destes elementos patrimoniais, ao qual se junta um conjunto de inventários consistentes para as paróquias de Silves, Lustosa, Barrosas (Santo Estêvão), Covas e Nespereira. Em qualquer um destes casos verificou-se a existência de mais do que um cruzeiro por paróquia, situação que, cremos, se poderá reproduzir em quase todas as paróquias, predominantemente na região do Tâmega e Sousa.

Nesta imensidão de elementos patrimoniais, que, felizmente, vai sendo preservado quer pelas autoridades eclesiásticas locais, quer com a colaboração das autoridades civis, temos que fazer distinções, pois nem todos os cruzeiros são iguais na sua função e na sua origem. De forma concisa e apenas como uma breve aproximação ao tema, podemos identificar os cruzeiros em várias tipologias².

1.1. Cruzeiros Paroquiais

Estes cruzeiros, geralmente erguidos na proximidade da igreja matriz, tendem a ser interpretados como símbolos da jurisdição paroquial. Não querendo refutar de forma veemente esta ideia, a questão da jurisdição paroquial, no nosso entender, consubstancia-se em termos consideravelmente diferentes. Um outro assunto que nos causa dúvidas consiste na afirmação de que as freguesias, na Idade Média, seriam delimitadas por cruzeiros. Desconhecemos apoio documental ou arqueológico consistente para fundamentar tais afirmações.

Pelo que nos é dado a perceber, na sequência dos estudos que vimos desenvolvendo, a construção de cruzeiros no seio das

paróquias desenvolveu-se, predominantemente, no contexto de uma conjuntura pós-tridentina, que configurava um maior envolvimento dos fiéis nos atos religiosos e num crescente apelo para a participação em manifestações públicas da fé.

Porventura, a mais assinalável demonstração deste renovado espírito que rodeou a Igreja a partir do último terço do século XVI, consistiu na proliferação de procissões dedicadas aos santos da predileção de cada comunidade. Neste particular, o crescente apego emocional ao culto de Nossa Senhora, que nas suas diferentes e inovadoras invocações respondia a quase todas as aspirações e apreensões dos povos, também terá contribuído para aumentar consideravelmente o número de procissões.

Em face do que se vem exposto, usamos com algumas cautelas, e somente por simplicidade, a terminologia de cruzeiro paroquial, pois os elementos patrimoniais religiosos assim vulgarmente designados resultam de uma sucessão simultânea ou alternada de fatores que pouco ou nada se relacionam com qualquer iniciativa de firmar uma pretensa consolidação de jurisdição paroquial. A construção de cruzeiros nas imediações das igrejas paroquiais, cremos, vem atribuir solenidade religiosa às procissões que, até essa época, se limitavam a circundar penedos, largos públicos e outros elementos destacados da paisagem (a “volta” da procissão), tantas vezes eles próprios impregnados de crenças e superstições de origem pagã, que se tornava necessário desmontar e inscrever na gramática cristã.

Inserido no mesmo contexto pós-tridentino, o crescimento das associações de fiéis, confrarias, irmandades e ordens terceiras, que detinham sob a sua organização o culto a determinadas devoções religiosas, fomentou igualmente as práticas processionais, cuja direção e enquadramento exigia a presença do padrão simbólico que conferia ao ato público mais um cenário, mais uma passagem, de superior deslumbramento e profunda epifania.

1.2. Cruzeiros de Via-sacra e Vias-Sacras

Não nos deteremos aqui na análise da origem e evolução da devoção passionária, contudo será necessário compreender alguns princípios para um enquadramento temático e cronológico desta manifestação material que se concretizava pela criação de uma *via crucis* composta por cruzeiros.

Desde logo, importa notar que a fixação e divulgação das catorze estações foi tardia e ficou a dever-se muito à ação dos franciscanos e dos irmãos da Ordem Terceira. Assim, só já adiantado o século XVII se vai desenvolver e afirmar esta prática religiosa com a ritualização e as materialidades

¹Abstivemo-nos de citar todas as referências bibliográficas necessárias à completa análise deste texto, na medida em que o mesmo compreende apenas uma pequena parte de um trabalho de maior fôlego e que, na altura e local apropriados, verá reunido todo o aparato crítico que se impõe.

² Assim tenhamos apoio institucional, esta é uma matéria que queremos, decididamente, desenvolver a curto/médio prazo para o concelho de Lousada, estendendo igualmente o estudo a uma outra manifestação da religiosidade popular que tem vindo a ser muito negligenciada: as alminhas ou oratórios pelas almas do Purgatório.

(Sacros-Montes, Vias-Sacras ou cruzeiros isolados de vias-sacras) que identificaremos ao longo dos séculos seguintes. Por Via-Sacra deverá entender-se, no caso que aqui nos interessa, o conjunto de cruzeiros dispostos ao longo de um trajeto que representa o percurso efetuado por Cristo entre o Pretório (local da condenação) e o Calvário (local da crucificação e morte). Em Lousada vamos encontrar vias-sacras, ou o que resta delas, em Aveleda, Boim, Casais, Covas, Lodares, Santa Margarida, Sousela, e outras existiriam certamente que nos escapam agora à memória, ou por puro desconhecimento. Como nem todos os cruzeiros eram construídos em pedra, usando-se também a madeira de forma, provavelmente, muito frequente, é natural que muitas estruturas integrantes de antigas vias-sacras perecessem ao passar do tempo³. Não surpreende, pois, que, de antigas vias-sacras, constituídas originariamente por catorze cruzeiros, subsista um número mais reduzido, mas que, contudo, são eles próprios cruzeiros de via-sacra e simultaneamente a Via-sacra.

1.3. Cruzeiros de Cemitério

Os cemitérios paroquiais em Portugal são uma realidade do século XIX, resultando de legislação no âmbito da saúde pública que proibia os enterramentos no interior dos edifícios religiosos e no seu adro. A resistência popular a estas medidas foi enorme. Atente-se, por exemplo, que esta medida legislativa de salubridade pública desencadeou uma forte reação popular, que ficou popularmente conhecida como Revolta da Maria da Fonte, aproveitada por forças políticas contestatárias do Cartismo e do governo liderado por Costa Cabral. Apesar deste esforço pelo cumprimento da lei, que foi continuado por todos os governos que se sucederam, em Lousada, tal como na maior parte do país rural, só no último quartel do século XIX se começou a aplicar a legislação que já vigorava há mais de 40 anos. Liderando este processo de implementação de cemitérios públicos nas paróquias portuguesas esteve a Junta de Paróquia, entidade que tinha como presidente o pároco. A secularização dos cemitérios paroquiais, na alvorada da I República, não foi suficiente para contrariar uma gradual e irrefreável apropriação que a Igreja perpetrou sobre estes espaços sepulcrais e que, de



FIGURA 1 Cruzeiro reaproveitado no cemitério de Casais

certa forma, talvez por questões de conciliação social, foi tolerada pelas autoridades civis.

É dentro deste contexto cronológico – finais do século XIX e dealbar do século XX – que teremos que analisar a inclusão de cruzeiros no interior ou na imediação dos cemitérios. Não quer isto dizer que os cruzeiros instalados nesses espaços se enquadrem todos nessa época. Sucedeu, muitas vezes, que se aproveitaram cruzeiros antigos, pré-existent e destituídos da sua função original, para se adaptarem ao interior dos cemitérios. Assinale-se o caso de Casais, em que um cruzeiro datado de 1795 foi adaptado no interior do cemitério, que só foi construído cerca de um século mais tarde.

Na sequência deste contexto sociocultural e cronológico e associada à forte tradição católica das comunidades assistiu-se a um movimento de construção ou colocação de cruzeiros no interior dos cemitérios que, na nossa perspetiva, visava a sacralização de um espaço que se impunha como público e laico. Com efeito, um dos principais temores da população quando confrontada com o sepultamento fora dos templos consistia na falta de proteção divina, que, segundo a convicção dessa época, o adro ou interior das igrejas garantia.

³Sobre o uso de cruzeiros em madeira na estrutura de vias-sacras só conhecemos um dado documental que o comprova e que, em boa hora, foi lido e transcrito por nós em CARDOSO, C. [2007] – Inventário de bens da igreja de Santa Margarida (séculos XVIII e XIX). *Oppidum*, 2, p. 133.



FIGURA 2
Cruzeiro localizado
no espaço festivo
da capela de Santo
Amaro, Santa
Margarida

1.4. Cruzeiros de Procissão

Reafirmando o que acima se disse acerca da real função dos chamados cruzeiros paroquiais, importa, no entanto, considerar aqui uma tipologia que, embora se relacione com atos processionais, combina outras significações. Com efeito, a existência de cruzeiro paroquial não obstava que se erguessem outros na mesma paróquia também destinados à direção e volta de procissões. Tal ocorria, segundo nos foi possível analisar, quando um outro centro devocional, pela importância do culto, se distinguia através de celebrações com uma certa grandeza.

Embora no atual momento da investigação não seja possível associar estes cruzeiros processionais a ermidas que constituíram núcleos devocionais solenizadas por procissões, admitimos que o cruzeiro junto à capela de N. S. da Conceição, em Cristelos, ou o cruzeiro nas imediações da capela de Santo Amaro, em Santa Margarida, pudessem cumprir tais funções.

1.5. Cruzeiros de memória

Nesta tipologia podemos enquadrar cruzeiros cuja intenção principal pressupôs assinalar a antiga localização de ermidas ou igrejas. Desta prática é conhecido, pelo menos,

um exemplo para o concelho de Lousada, que já foi abordado quando se analisou a transladação da ermida de Santa Luzia, em Figueiras. As competentes entidades eclesíasticas, neste aspeto particular, não deixaram de determinar nas Constituições Sinodais do Bispado do Porto, de 1585, a respetiva normativa:

E sendo caso que alguã Ermida está tam arruinada que se nam possa comodamente reedificar por causa da pobreza do povo, e por não ter pera ello algum rendimento, mandamos aos ditos Visitadores nolo façam a saber pera que com sua enformação a mandemos derribar de todo, e por nella huã Cruz em memoria de aver sido lugar dedicado a Deos, porque mais val nama ver a taes Ermidas, que estarem arruinadas, e danificadas.

Já no que concerne à ereção de cruzeiros em memória de um acontecimento notável (batalha, milagre, morte de homem ilustre), o caso que mais elucida, neste âmbito e para o contexto geográfico de Lousada, será, sem dúvida, o do cruzeiro do Senhor do Padrão, em Barrosas (Santo Estêvão), que materializou um pretenso milagre ou bênção divina⁴.

1.6. Cruzeiros da Independência ou dos Centenários

Esta tipologia de cruzeiros inscreve-se no plano das Comemorações do Duplo Centenário da Independência de Portugal. Embora não estivesse inicialmente considerado nos conteúdos programáticos das comemorações, o grande impulso protagonizado pelo padre Francisco Moreira das Neves, natural de Paredes, veio a transformar-se num movimento nacional de construção de cruzeiros alusivos à Fundação (1140) e à Independência (1640) de Portugal. Logo em 1938, através da Emissora Nacional e, pouco depois, no seu artigo de final de 1939 intitulado *Uma Cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal*, as suas palavras, sob essa égide patriótica, originaram uma campanha que moveu especialmente os membros da Acção Católica Portuguesa, quer na construção de novos cruzeiros, quer na renovação de antigos com a aposição de uma placa memorativa da efeméride. Como exemplo, para o concelho de Lousada, referimos o cruzeiro de Boim, que, não sendo feito de raiz, foi adaptado através da colocação de uma placa alusiva.

⁴CARDOSO, C. (2014) – O Bom Jesus do Padrão da Serra: origem de um culto entre a devoção e a emulação. *Oppidum*, 7, 195-208.

2. Memória sobre a colocação de um cruzeiro

Feita esta breve reflexão em torno das tipologias dos cruzeiros, vamos apresentar a curiosa memória escrita que o reitor de Alvarenga, o padre Domingos Gonçalves, teve o ensejo de registar em um livro de registo de batismos, na última década do século XVI. O estado muito deteriorado do papel que serve de suporte ao registo torna muito difícil a datação precisa, pois falta-lhe o término superior direito da folha, impossibilitando a leitura completa da data. Desta situação não resulta influência significativa ao estudo aqui apresentado, tendo desde já como certo que se trata de um dos registos mais antigos de construção de um cruzeiro em Lousada. Neste capítulo, destaque-se igualmente pela sua antiguidade a epígrafe da base do cruzeiro paroquial de Cernadelo, que permite datar uma versão original deste cruzeiro do ano de 1594.

O texto, em resultado das lacunas do suporte e das características muito peculiares da composição gramatical desta época, não se torna totalmente claro. Contudo é possível perceber algumas informações fulcrais para este episódio da vida comunitária e religiosa de Alvarenga.

Como vimos, a obra ficou pronta no mês de janeiro do ano de 159[?]. O pedreiro responsável pelo trabalho foi Tomé Pereira, de Lustosa, que retirou a pedra de uma pedreira junto a Santa Águeda.

Outro pedreiro de Lustosa, Domingos Gonçalves, foi contratado por Pedro Jorge, do lugar de Além, Alvarenga, para fazer a haste, tendo-lhe custado 200 réis, tudo por sua conta e devoção. A aspa, ou cruz, foi lavrada por Tomé Pereira, em sua casa, e Pedro Jorge, de Além, carregou-a ao ombro, por 60 réis. O reitor de Alvarenga,

ga, o padre Domingos Gonçalves, pediu ao povo que trouxesse as pedras para a freguesia, ao que acorreram treze carros de bois, para carregar a base e a haste, no entanto, pelo que é dado a entender, três carros não seguiram, porque os bois se assustaram. Pelo trabalho total do pedreiro Tomé Pereira pagou-se 2400 réis, ao encargo da Confraria do Nome de Jesus, que contribuiu com 1000 réis e da Confraria de Santa Catarina, que terá concorrido com a restante verba. Estaria previsto usar pedra do monte local, no entanto, acabou por se usar a pedra de Santa Águeda por ser de melhor qualidade.

Não podemos afirmar que o cruzeiro existente num breve outeiro a norte da igreja paroquial (Fig. 4) seja o que aqui se refere. Temos até algumas dúvidas que reste qualquer vestígio deste antiquíssimo cruzeiro. Contudo, este relato, registado pelo zelo de um antigo reitor, evidencia como a freguesia de Alvarenga, apesar da pequena dimensão, conseguia congregar recursos para desenvolver uma obra que se pode considerar, pelos padrões da época, dispendiosa. Basta reter, por exemplo, que o rendimento do pároco, por finais do século XVI, não ultrapassava os 48000 réis. Note-se ainda o facto de, poucos anos antes, em 1582, ter sido contruída uma igreja nova, obra que, certamente, terá exaurido os réditos paroquiais, especialmente, os dos fregueses.

2.1. Leitura e transcrição da Memória.

Transcrevemos abaixo o relato a que vimos aludindo, respeitando a grafia da época.

Acabou se de fazer o padrão no de Janeiro de noventa e [...] fez o hum Tome Pereira da freguesia de Santiago de Lostosa. Elle quebrou toda a pedra do pee em hua pedreira atras de Santa Agueda, onde tambem quebrou a aste outro pedreiro de laa Domingos Gonçalves a conta de Pedro Jorge d'Alem e a labrou em quadra e Pedro Jorge ha pos aqui per sua devação. Custou lhe na pedreira assi dozentos reis. O mesmo Thome Pereira labrou a aspa de cima laa em sua casa. Pedro Jorge a trouxe ao ombro por sesenta reis. Derom ao Thome Pereira dous mil e quatro centos reis no partido elle ouvera de quebrar toda a pedra do pee neste monte mas per hum mao tempo quebrou a laa como dise. E por a pedra ser mais fermosa. Roguei aos fregueses fossem por ella forom onze carros afora o da aste e o oficial trouxe o pedestal que faz treze e fiquarom ainda la tres carros porque levaram (?) trezentos reis porque os gados pasmarom e ficaram a yda os carros vazios e nom podião laa chegar. Pagou se esta obra convém a saber da Confraria do Nome de Jesu mil reis e o mais de[la] e da de Santa Catherina. Sendo eu Domingos Gonçalvez rector.



FIGURA 3 Cruzeiro de Alvarenga situado a norte da igreja.